



CONGRESSO NACIONAL
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
COMISSÃO DO CONGRESSO NACIONAL

Recebido em 21/05/2012 às 16h40

Valéria / Mat. 46957

MPV 568

EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA 568/12

00449

PÁGINA

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Medida Provisória nº 568/2012 - CN

DE

TEXTO

Acréscense-se ao texto da Medida Provisória nº 568 de 2012, onde couber o seguinte artigo:

“ Art..... O valor da Gratificação Especial de Função Militar - GEFM, constantes no ANEXO XVII da Lei 11.356, de 19 de outubro de 2006, devida aos policiais e bombeiros militares ativos, inativos e seus pensionistas dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia, Roraima e aos inativos e pensionistas do antigo Distrito Federal, do Quadro em extinção da Administração Federal, passa a vigorar com acréscimo dos seguintes valores:

ANEXO XVII
VALORES DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE FUNÇÃO MILITAR - GEFM

a) Quadro I

OFICIAIS	POSTO	VIGÊNCIA
		1º JUN 2012
SUPERIORES	CORONEL	563,39
	TENENTE CORONEL	498,29
	MAJOR	460,13
INTERMEDIÁRIOS	CAPITÃO	441,20
SUBALTERNOS	PRIMEIRO TENENTE	363,47
	SEGUNDO TENENTE	343,28



b) Quadro II

PRAÇAS	GRADUAÇÃO	VIGÊNCIA
		1º JUN 2012
ESPECIAIS	ASPIRANTE A OFICIAL	329,29
	CADETE – ÚLTIMO ANO	310,64
	CADETE – DEMAIS ANOS	309,12
ADUADAS	SUBTENENTE	291,96
	PRIMEIRO SARGENTO	251,57
	SEGUNDO SARGENTO	244,82
	TERCEIRO SARGENTO	200,20
	CABO	193,07
DEMAIS PRAÇAS	SOLDADO PRIMEIRA CLASSE	168,65
	SOLDADO SEGUNDA CLASSE	137,56

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa fazer justiça aos servidores militares dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima, que por mandamento constitucional, são organizados e mantidos pela União e devem ser tratados de forma isonômica, com os servidores militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, pois o ente que os mantém e a legislação são os mesmos, não podendo uma novel medida legislativa, norma de caráter inferior dar tratamento diferenciado ao que determina o Diploma Maior.

Por seu turno, o princípio da razoabilidade é restabelecido, pois não é razoável o tratamento diferenciado entre militares de uma mesma categoria, pelo único motivo de uns servirem no Distrito Federal e os outros nos ex-Territórios, sendo estes, como aqueles, militares mantidos pela União, pela mesma legislação.

Pelo exposto, conto com o apoio de meus pares, para aprovação desta emenda.

Sala das Sessões, 16 de maio de 2012

Deputado Federal

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	SEBASTIÃO BALA ROCHA	AP	PDT
DATA	ASSINATURA		
11			

